



HOMOSSEXUALIDADES E DITADURAS MILITARES: OS CASOS DE BRASIL E ARGENTINA¹

Guilherme Rodrigues Passamani²

Introdução

Desde 2002 tenho feito alguma discussão sobre homossexualidades masculinas, quase sempre tendo como cenário o interior do Rio Grande do Sul. Por conta de minha dissertação de mestrado – hoje transformada em livro: *O arco-íris (des)coberto* (2009) - permito-me pensar as homossexualidades de forma comparada entre Brasil e Argentina, por meio de pesquisas em Porto Alegre e Buenos Aires.

Embora os estudos que englobem as homossexualidades masculinas sejam, de certa forma, recentes no Brasil, muito tem sido produzido, sobretudo nas ciências humanas e sociais. Minha discussão insere-se nesse montante de produção, destacando as homossexualidades masculinas em relação com os movimentos sociais e as identidades regionais.

Os caminhos, estratégias e lugares desde onde falam os homossexuais, militantes ou não, é um pouco do que debati ao longo da pesquisa, que resultou em um trabalho interdisciplinar que se socorre da História, da Sociologia, da Antropologia, do Direito e das Relações Internacionais para tentar pensar questões complexas que extrapolam uma ou outra disciplina.

Para este ensaio, discuto a relação entre homossexualidades e ditaduras militares. Este não era o foco central da pesquisa, mas foi uma descoberta inusitada ao longo da investigação e que mereceu destaque no trabalho. As ditaduras militares são sempre processos danosos para qualquer sociedade. Não foi diferente no subcontinente latino-americano ao longo do século XX.

O ensaio versará, então, sobre os processos ditatoriais militares no Brasil (1964-1985) e Argentina (1976-1983), onde se pode perceber que métodos e preocupações distintas foram dispensados para as sexualidades “desviantes”. Mesmo assim, em um e outro caso, a homofobia foi a metodologia (hegemônica) do poder armado para afrontar todo e qualquer tipo de manifestação destas populações.

¹ Este ensaio é parte do Projeto de Extensão **Formação de Professores em Gênero e Sexualidade**, financiado pelo PAEXT-UFMS 2010.

² Mestre em História Latino-Americana (UFSM), Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Naviraí.



É bem verdade que os estudos que privilegiam essas temáticas ainda dispõem de pouquíssimas fontes, uma vez que muitas das testemunhas oculares desta história estão mortas ou desaparecidas, além de os arquivos continuarem fechados por determinação do Governo.

Em síntese, entendo que discutir homossexualidades e ditaduras militares é uma forma de acertar as contas com uma história ainda mal contada e de incremento da construção de visibilidade para um segmento da sociedade que permanece cerceado de direitos.

O CONTEXTO DE INSTAURAÇÃO DAS DITADURAS

Os anos sessenta do século XX são representativos de algumas transformações que ganhariam o mundo em anos posteriores. O cenário mundial era o da bipolaridade. De um lado, o mundo capitalista, sob a hegemonia dos Estados Unidos da América do Norte. De outro lado, o mundo socialista, dominado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Este cenário era remanescente da Segunda Grande Guerra, acabada em 1945, mas tencionada pela então chamada “Guerra Fria”, uma guerra não declarada, mas que emprestava ao mundo uma intranquilidade e a necessidade de alinhar-se a um dos dois eixos de poder.

Pós-Primeira Guerra, a Rússia faz a Revolução Socialista e mostra ao mundo que as ideias de alguns teóricos, com muitas modificações e adaptações, estavam sendo postas em prática. O mundo capitalista da época, ou em vias de tornar-se efetivamente capitalista, vê-se assustado com a desarticulação de um poder instituído e o principiar de muitas transformações.

Mais assustados devem ter ficado aqueles que viram uma simples ilha do Mar do Caribe, décadas depois, até então zona de turismo e lazer dos estadunidenses, insurgir-se contra os poderes de Fulgêncio Batista e fazer em suas pequenas dimensões uma guerra civil. Esta rebelião nacionalista foi ganhando, lentamente, a forma de uma revolução socialista, a poucos quilômetros do território do país capitalista, por excelência da época.

Os Estados Unidos ficam atabalhoados e, numa reação imediata, começam a fomentar os ódios e as disputas locais, fazendo eclodir uma série de rebeliões em diversos países da América Latina. Assim, a década de sessenta, no subcontinente, é o princípio dos regimes militares, em grande medida incentivados e financiados pelos Estados Unidos, na intenção de barrar o avanço comunista no continente (COGGIOLA, 2001).

O regime militar brasileiro estendeu-se entre os anos de 1964 e 1985. Na Argentina, a última ditadura esteve em vigor entre os anos de 1976 e 1983. Todavia, em diversos outros países da América Latina, estes anos foram anos de terror de Estado. Talvez a ditadura mais violenta tenha



sido a chilena, comandada por Augusto Pinochet, após um golpe de estado que derrubou Salvador Allende (Idem, 2001).

DITADURAS MILITARES NO BRASIL E ARGENTINA

Centrei meus estudos nas cidades de Porto Alegre e Buenos Aires, mas é preciso deixar claro que estas duas capitais viveram diferentes processos durante a ditadura militar. Nesse sentido, as homossexualidades também foram alvo de tratamento distinto nos dois regimes.

Porto Alegre, durante a ditadura militar, e ainda hoje, não é a principal cidade do Brasil. Tais cidades são São Paulo e Rio de Janeiro. Nessas duas cidades foi que a perseguição, as torturas e os desaparecimentos concentraram-se de forma mais efetiva. Porto Alegre, ainda que uma cidade grande, capital de um estado importante, é uma região periférica nesse contexto. Mesmo assim, teve um envolvimento significativo em todo o processo, mas o grosso das disputas, entre a esquerda e os militares, esteve no centro do país.

A seu turno, Buenos Aires é a capital da Argentina, o centro de tudo que ocorre no país. Na capital portenha, concentrou-se o essencial da ditadura argentina. Buenos Aires foi palco de todo o tipo de terror de Estado. Desde os piores enfrentamentos na rua, censura, assassinatos e os tradicionais desaparecimentos, calculados hoje em torno dos trinta mil.

Como dito acima, as próprias homossexualidades foram tratadas de maneira distinta durante os dois processos ditatoriais. Acredito que isso enriquece um pouco a análise, pois a partir de dois contatos diferenciados com a realidade da repressão, as duas cidades foram construindo uma discussão acerca de uma dita “consciência homossexual” e hoje são referências subcontinentais no que tange a direitos a estas populações.

O CASO BRASILEIRO

De forma bastante simplista, pode-se dizer que a ditadura militar brasileira não esteve diretamente preocupada com as homossexualidades. Ela estava muito ocupada com os “comunistas”. Segundo vários estudiosos, entre eles, James Green, em sua obra *Além do Carnaval (2000)*, na qual historiciza as homossexualidades masculinas brasileiras ao longo do século XX, o autor percebe que durante todo o período de repressão militar, as sociabilidades gays seguiram ocorrendo. Houve censura a muitos espetáculos de travestis, transformistas nos principais salões do eixo Rio - São Paulo e ocorria a detenção de muitos homossexuais que buscavam encontros furtivos nas ruas.



Os bailes de carnaval sofreram um retraimento. Mas não houve uma política de Estado que atingisse especificamente esta população. As leis moralistas do Regime, que buscavam doutrinar o país, diziam respeito à população em geral. Isto posto, a vida gay, durante os vinte anos de ditadura, ocorreu e, em alguns casos, no tocante ao circuito de entretenimento, desenvolveu-se. Eram tempos de fartura econômica, patrocinada, via de regra, por empréstimos estrangeiros (TREVISAN, 2004).

O regime não tolerava a oposição. Portanto, os exílios foram muito constantes e as reuniões públicas eram reprimidas, mas tudo aquilo que não era visto, era permitido, ou seja, desde que você aparentemente não se opusesse ao regime e articulasse suas reuniões privadas de forma a não chamar a atenção, ou mesmo que as casas de espetáculos não fossem ofensivas à dita moralidade e os bons costumes, tudo poderia acontecer.

O CASO ARGENTINO

Na Argentina, por outro lado, a ditadura militar do final dos Setenta foi implacável na perseguição aos homossexuais. Além de ser encampada pelas alas mais conservadoras da Direita, que já dava pistas de gostar muito do poder, desde o desastroso governo de Isabel Perón, quando a “caça aos homossexuais” foi iniciada, durante a última ditadura houve um pacto de cumplicidade entre o regime e os setores mais conservadores da Igreja Católica (BAZÁN, 2006).

Alguns integrantes ultracatólicos da Cúria ocuparam espaço no governo militar e desenvolveram suas doutrinas heteronormativas para além dos domínios de suas Igrejas e transformaram a heterossexualidade em uma política de Estado (MODARELLI, RAPISARDI, 2000).

Modarelli e Rapisardi mostram ainda que tais questões explicitam-se quando, em 1977, o chefe da Divisão de Moralidade da Polícia Federal afirmou, abertamente, na Universidade de Buenos Aires, em um debate sobre Psicopatologias Sociais, que era preciso “espantar a los homosexuales de las calles para que no pertuben a la gente decente”.

Em seu livro *Fiestas, baños e exilios* (2000), Alejandro Modarelli e Flavio Rapisardi narram a cena homossexual portenha durante a última ditadura militar e todos os entraves criados não apenas porque se via a homossexualidade como uma afronta à decência da população, mas porque se percebia em muitos de seus integrantes uma ligação indelével com a esquerda.

Nesta época, firma-se um pacto de hipocrisia entre a polícia, os militares e os homossexuais. Trata-se do espaço de sociabilidade homossexual por excelência neste período, que são os banheiros públicos, onde todos se encontravam e o silêncio tinha um preço, muitas vezes, pago pelos



homossexuais em vista de não serem denunciados ou detidos pelos próprios policiais participantes da “festa”. A *tetera*, assim chamada na gíria homossexual, o banheiro público, ajuda a entender um pouco a construção da sociabilidade gay na Buenos Aires conturbada pela ditadura.

Sejam por intermédio das *razzias* policiais, as nossas batidas e detenções, seja através das prisões, torturas e desaparecimento de muitos homossexuais, bem como de seu exílio forçado ou da perseguição e proibição de sociabilidade em vias públicas, a ditadura argentina instaurou o medo como forma mais eficaz de incorporação ao regime ou, pelo menos, de castração de oposição.

Os homossexuais tentaram burlar esta rede opositiva, com festas em lugares distantes de Buenos Aires, bairros pobres ou interiores, ou mesmo, em discotecas, onde o público era majoritariamente gay, mas que funcionava com uma fachada mais discreta e numa perspectiva de agradar a todos os públicos.

HOMOSSEXUALIDADES E AS ESQUERDAS

Um ponto importante que se desdobra deste período ditatorial é a relação das homossexualidades com as esquerdas. Os indícios de certa homofobia entre partes da direita é algo dado. O fato novo é que uma parte significativa da esquerda, na América Latina, incorporou algumas ideias homofóbicas presentes na cartilha ditada por Stálin e repetida desmesuradamente nestas plagas.

É evidente que as generalizações são perigosas e, algumas vezes, omitem a verdade. Portanto, não falo aqui da esquerda como algo homogêneo. Doravante ao falar em esquerda, estou a me referir a uma parte dela, sobretudo a stalinista ortodoxo-radical, que fez da homofobia uma de suas marcas.³

A história nos mostra que, depois da Revolução Bolchevique de 1917, as leis czaristas foram postas abaixo. O primeiro Código Penal Soviético, promulgado no ano de 1922, diferente dos tempos da monarquia, não penalizava o sexo homossexual, desde que realizado entre adultos e de forma consentida. Com a ascensão de Stálin, a homossexualidade volta a ser penalizada, através do Estatuto de 1934. A punição era de três a quatro anos de cadeia (GREEN, 2003).

Segundo o depoimento de um dos fundadores do primeiro grupo gay da Argentina, *Nuestro Mundo*, a solução encontrada pelo Partido Comunista Soviético para os homossexuais era o

³ Tem-se que destacar, igualmente, que é no interior de uma parte mais lúcida da própria esquerda no subcontinente que vão surgir as primeiras manifestações organizadas de homossexuais.



casamento e a posterior cura deste mal. Até porque, nos ditos do sexólogo mais influente na ditadura de Stálin, Fedotov, não existiam homossexuais na Rússia. A este respeito posicionam-se Alejandro Modarelli e Flavio Rapisardi:

La homosexualidad es en la tradición del marxismo (y ya desde Engels – que condenó los “vicios nefandos” de helénicos y bárbaros) era una “aberración contrarrevolucionaria”. Y si Lenin había anulado sus efectos penales, al borrar la sodomía del cuerpo de los delitos, Stalin la restituyó a ese bíblico recinto, lo cual fue sin duda imitado por una política cubana en franco camino de stalinización, quizás entre otras cosas, al decir de Perlongher, de los ataques norte-americanos al corazón de las conquistas revolucionarias (2000, p.153).

Assim, por diferentes caminhos, direita e uma parte da esquerda guardavam para as homossexualidades um lugar de inferioridade e de perversão. Dentre muitos exemplos que corroboram esta tensa conexão, está o caso da expulsão de 200 mil pessoas, entre elas homossexuais, de Cuba pelo governo de Fidel Castro.

Um filme que retrata parte desse episódio é *Antes do Anoitecer* (2000) de Julian Schnabel, que conta a história do escritor cubano Reinaldo Arenas e todos os seus polêmicos desdobramentos. Arenas era homossexual e em sua juventude era um combatente rebelde, lutando por uma *Cuba Libre*. Os rumos da ditadura de Castro afastam Arenas da “revolução”. Seus textos falam de liberdade e tornam-se uma ameaça ao sistema do ditador. O escritor é perseguido, preso, torturado e expulso de Cuba. A este respeito, o historiador James Green comenta que:

Como foi amplamente documentado, nos primeiros anos da Revolução Cubana, o Partido Comunista Cubano não estava muito longe da política soviética a respeito das homossexualidades. Combinando o moralismo católico tradicional com as correntes noções que ligavam o homoerotismo ao desvio social bem como ao turismo sexual, os líderes cubanos associavam o comportamento não normativo dos homens cubanos à fraqueza moral e falta de fervor revolucionário (GREEN, 2003, p.33).

A revolução em Cuba foi um marco no continente e influenciou muito a geração estudantil dos anos sessenta. Nesse sentido, a homofobia instaurada pelo regime fez com que muitos militantes socialistas sufocassem seus desejos mais íntimos para permanecerem no *front*. Um *front* que se mostrava preponderantemente masculino e heterossexual.

James Green, ao discutir a relação entre homossexualidades e esquerda, diz que a esquerda brasileira tinha dificuldades em fazer um contraponto às discriminações que não eram baseadas na questão de classe e isso se fez presente em muitas das discussões dos grupos gays, dos grupos socialistas e comunistas durante a ditadura militar brasileira.

Parte dos gays não queria alinhar-se à esquerda, pois defendia apenas a luta pelos direitos de gays. Parte da esquerda não queria defender apenas os gays, mas uma revolução maior. Outra parte, afastava-se das homossexualidades (2003).

Porém, o cenário mundial do pós-segunda guerra, nos Estados Unidos, vê a organização dos primeiros grupos de homossexuais (lésbicas e gays). Uma das primeiras organizações a *Mattachine*



Society, de 1950, era formada por membros do Partido Comunista e aliou sua luta à luta das minorias sexuais. No Brasil e na Argentina, acontece algo semelhante (GRENN, 2003).

Esta relação estreitou-se um pouco mais com o passar das décadas e, hoje, os principais projetos que visam garantir direitos aos homossexuais, na América Latina, são oriundos de parlamentares de esquerda. No Brasil, o caso mais destacado é o do Projeto de Lei 1.151/95, de autoria da então deputada Marta Suplicy (PT-SP), que regulamenta a parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo (MELLO, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contemporaneidade propiciou um estreitamento de dialogicidade entre as homossexualidades e outras diversas temáticas. O caso deste ensaio é sintomático deste leque mais amplo de possibilidades de estudo: a relação entre as homossexualidades e os governos ditatoriais dos militares na Argentina e no Brasil.

Esta ainda é uma relação explosiva e cercada por muitos tabus. Tabus tão fortes que, mesmo depois de algumas décadas do final dos regimes militares, os governos democráticos têm dificuldades de fazer um debate público sobre o período.

Recentemente, o Brasil passou por constrangimentos institucionais em vista da tentativa de uma reavaliação da Lei da Anistia e seus desdobramentos. Alas do governo divergiram em relação ao tema, mas prevaleceu a vontade dos militares de encobrir as atrocidades cometidas pelo regime. A Argentina, ainda que com muitos poréns, começa a fazer o julgamento dos ditadores, punindo aqueles cujos crimes ficaram juridicamente comprovados.

Muitas foram as vítimas dos governos militares. Os homossexuais são apenas parte deste grupo. Não se sabe – ainda – qual a gravidade dos crimes cometidos, nem mesmo o seu quantitativo. Por esta razão, faz-se necessário, cada vez, mais a abertura e democratização do acesso aos arquivos das ditaduras latino-americanas para que se possa contar de forma mais coerente uma história ainda nebulosa.

Mesmo que com poucas fontes, em vista da temática ainda ser pouco explorada e dos materiais serem praticamente inexistentes, podemos perceber que a ditadura argentina preocupou-se mais diretamente com a repressão às homossexualidades em comparação com a brasileira.

Havia na ditadura argentina um moralismo católico, muito mais evidente do que no caso brasileiro, onde a ameaça comunista é que parecia incomodar de forma mais contundente. Isso não



invalida a tese de que sim, no Brasil muitos homossexuais foram perseguidos, humilhados e ridicularizados pelo regime de exceção.

Na esteira destes fatos, muitos outros acontecimentos complexificam a questão. Um deles é o que diz respeito à relação das homossexualidades com as esquerdas. Muitos homossexuais, fugindo da repressão da direita militarista e católica, buscavam amparo nas organizações de esquerda. Os principiantes movimentos homossexuais nascem dentro de grupos políticos de esquerda.

Todavia, como vimos antes, a parte mais ortodoxa da esquerda – via de regra stalinista – era visivelmente homofóbica, o que colocava as homossexualidades em uma situação de permanente constrangimento. Além disso, as questões políticas dividiam os homossexuais: ou lutava-se contra a ditadura, ou lutava-se especificamente contra a discriminação sexual. Este foi um embate que, mais uma vez, dividiu as esquerdas. E talvez até hoje ainda não tenha conseguido reconciliá-las.

Este assunto é amplo por demais. Seria uma ingenuidade querer esgotá-lo em um breve ensaio. Trata-se apenas de mais um olhar, a partir de realidades muito singulares de dois países latino-americanos. No entanto, é latente que a homofobia precisa ser enfrentada em todos os âmbitos da vida social para que se consiga de forma razoável pensar em uma sociedade livre, plural e democrática.

Bibliografia

BAZÁN, Osvaldo. *Historia de la homosexualidad en la Argentina*. De la Conquista de América al siglo XXI. Buenos Aires: Marea, 2006.

COGGIOLA, Osvaldo. *Governos Militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001.

GREEN, James. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: EDUNESP, 2000.

GREEN, James. “A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina”. In. GREEN, James; MALUF, Sônia (orgs.). *Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas*. IFCH/AEL, v.10, n. 18/19. Campinas, SP: EDUNICAMP, 2003.

MELLO, Luiz. *Novas Famílias*. Conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. *O arco-íris (des)coberto*. Santa Maria-RS: EDITORAUFISM, 2009.

RAPISARDI, Flavio; MODARELLI, Alejandro. *Fiestas, baños y exílios: los gays porteños en la última dictadura*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.



TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2004.